



DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

*Amarildo Hersen**
*Edson Belo Clemente de Souza***

RESUMO: Esse artigo discute o nível dos rendimentos do trabalho no espaço metropolitano e não-metropolitano. Para tanto, utilizou-se de uma revisão bibliográfica e teorias com abordagem geográfica e econômica. Os resultados apontam que nos centros industriais o aumento nominal dos salários urbanos é devido à redução do bem-estar proveniente de fatores como o crescimento dos custos urbanos. Características pessoais dos residentes nas localidades e características da região são fatores consideráveis. A questão social do desemprego é um problema para as Regiões Metropolitanas pelo fato, inclusive, de apresentarem aglomerações industriais.

Palavras-chave: rendimento; trabalho; região metropolitana; região não-metropolitana; aglomeração industrial.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, mais precisamente em 1973, tem-se o reconhecimento legal, no país, da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), grande aglomeração urbana com uma população de aproximadamente 17 milhões de habitantes, abrangendo 39 municípios. A partir de então outras aglomerações urbanas surgiram e diferenciaram-se significativamente das demais regiões do país, seja no sentido de concentração populacional, concentração industrial, nível salarial, concentração de capital (Véras, 2001).

Ao tratar da Região Não-Metropolitana deve-se levar em consideração que esta se divide entre urbana e rural. Pretende-se, neste estudo, tratar

* Economista e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Campus de Toledo. Membro do corpo docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Guairacá. Membro do corpo docente do Curso de Administração das Faculdades Guarapuava. Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. E-mail: amarildoheresen@yahoo.com.br

** Doutor e Pós-Doutor em Geografia. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, do Mestrado em Geografia/Campus de Francisco Beltrão e da Graduação em Geografia/Campus de Marechal Cândido Rondon. Coordenador do Laboratório de Estudos Regionais - Laber e pesquisador dos grupos de pesquisas: Getter e Gepec.

exclusivamente dos rendimentos salariais dos trabalhadores empregados na área urbana, logo, toda menção feita sobre Região Não-Metropolitana deve estar subentendida a desconsideração da área rural.

O conceito de rendimento, também, merece menção especial, tendo em vista suas diversas formas de apresentação. O rendimento abordado no presente estudo diz respeito exclusivo ao proporcionado pelo trabalho sendo, portanto, desconsideradas outras formas de rendimentos abordados na literatura como aluguel e juros, que não deixam de ter sua importância mas, desnecessárias devido o direcionamento da investigação.

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a relação do nível dos rendimentos do trabalho com as regiões metropolitanas do Brasil e com as Regiões Não-Metropolitanas. Para tanto faz-se uso de diversas teorias e literaturas de cunho geográfico e econômico para evidenciar a complexidade do tema e ampliar o leque de discussão.

O artigo apresenta-se dividido em três seções. Na primeira seção faz-se uma revisão literária acerca do espaço que se realiza a discussão, enfatizando o entendimento de Região Metropolitana e Não-Metropolitana, bem como seus pontos distintos. Na segunda seção realiza-se uma revisão bibliográfica sobre diversas teorias acerca de diferenciais salariais sendo estas do ponto de vista geográfico e econômico. Na terceira seção são evidenciados os resultados e discussões. Por fim, são realizadas as conclusões pertinentes a pesquisa.

1. ENTENDIMENTO DE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA

A grande expansão urbana no Brasil é um fenômeno relativamente recente, onde seu início acontece paralelamente a um conjunto de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira a partir da década de 1930. Somente em meados da década de 1970 os dados censitários revelam uma população rural inferior à urbana (BRITO E SOUZA, 2005; BRITO, 2006).

Na atualidade, o termo metrópole corresponde a grandes aglomerações urbanas, com milhões de habitantes e capaz de se relacionar economicamente com inúmeras outras cidades, sendo essencialmente multifuncionais. A metrópole adquire novo destaque posteriormente à década de 1980, quando se percebe o surgimento de distintas funções metropolitanas, sendo essas as que se relacionam muito mais aos serviços direcionados às empresas do que à população em geral, como ocorria nas décadas de 1960 e 1970 (FIRKOWSKI E MOURA, 2001).

Reolon & Souza (2006), Hotz (2000) destacam o fato de que a partir de 1988 a criação das unidades regionais, com exceção às regiões integradas de desenvolvimento cuja espacialidade abrange mais de uma unidade federativa, foi descentralizada da ação do Governo Federal, permitindo aos Estados instituírem,

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas que venham a apresentar interesse comum¹.

Com a descentralização da ação do Governo Federal, para a criação de unidades regionais, percebe-se, a partir de então, uma multiplicidade de interpretações e falta de uniformidade, por parte dos Governos Estaduais, no entendimento das diversas dimensões da questão metropolitana (FIRKOWSKI E MOURA, 2001; DAVIDOVICH, 2004; BRITO, 2006).

Frente à inexistência de critérios definidos pela Constituição Federal ou por regras específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias espaciais a serem instituídas pelos Estados e instruem demarcações e classificações regionais, a maior autonomia adquirida para promover sua regionalização, inevitavelmente, induz à distorções no âmbito da hierarquização dessas categorias (FIRKOWSKI E MOURA, 2001). Há de se destacar também, como expõe Davidovich (2004), que nem todas as Constituições Estaduais abordam o tema, como é o caso dos Estados do Acre, Roraima, Tocantins, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Além das Regiões Metropolitanas, a divisão territorial vigente prevê a existência outras formas de delimitação do espaço, com abrangência inferior há uma unidade federativa, como as Mesorregiões Geográficas. As Mesorregiões Geográficas são conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões, somadas, possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Foram instituídas pela Resolução da Presidência do IBGE nº. 11, de 5 de junho de 1990. (LIMA *et al*, 2002).

A Região Não-Metropolitana urbana tratada será, para cada UF considerada, a somatória de todas as Mesorregiões com exceção apenas para as Mesorregiões Metropolitanas. Com o auxílio do Quadro 1, pode-se ter uma exatidão maior dessas Mesorregiões:

¹ A descentralização da ação do Governo Federal, para criação das unidades regionais, consumou-se através da Constituição Federal de 1988, artigo 25, parágrafo 3º. (Brasil, 1988).

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico
QUADRO 1: MESORREGIÕES DO BRASIL POR UNIDADE FEDERATIVA²

Unidade Federativa	Região Não-Metropolitana	Região Metropolitana
Bahia	Centro-Norte Baiano, Centro-Sul Baiano, Extremo Oeste Baiano, Nordeste Baiano, Sul Baiano, Vale São-Franciscano da Bahia	Metropolitana de Salvador
Ceará	Centro-Sul Cearense, Jaguaribe, Noroeste Cearense, Norte Cearense, Sertões Cearenses, Sul Cearense	Metropolitana de Fortaleza
Minas Gerais	Campo das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Zona da Mata	Metropolitana de Belo Horizonte
Pará	Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense	Metropolitana de Belém
Paraná	Centro Ocidental Paranaense, Centro Oriental Paranaense, Centro-Sul Paranaense, Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Oeste Paranaense, Sudeste Paranaense, Sudoeste Paranaense	Metropolitana de Curitiba
Pernambuco	Agreste Pernambucano, Mata Pernambucana, São Francisco Pernambucano, Sertão Pernambucano	Metropolitana de Recife
Rio de Janeiro	Baixadas, Centro Fluminense, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Sul Fluminense	Metropolitana do Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul	Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense, Sudoeste Rio-Grandense	Metropolitana de Porto Alegre
São Paulo	Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Campinas, Itapetininga, Litoral Sul Paulista, Macro Metropolitana Paulista, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba Paulista	Metropolitana de São Paulo

Fonte: Lima *et al*, 2002.

Nota-se a existência de nove Regiões Metropolitanas no país, distribuídas em nove Unidades Federativas diferentes. O número de Regiões Não-Metropolitanas, difere de um Estado para outro, podendo variar, por exemplo, de quatro regiões (Estado de Pernambuco) à quinze (Estado de São Paulo).

De posse da tabela têm-se uma visão geral do espaço discutido que abrange a plenitude das unidades federativas, dotadas de Região Metropolitana,

² Não é propósito do quadro expor todas as mesorregiões e UFs do país mas sim dos Estados que apresentam Regiões Metropolitanas, de acordo com o conceito de Região Metropolitana Federal.

subdivididas em Mesorregiões, com a óptica voltada para o Metropolitano e Não-Metropolitano urbano.

2. DIFERENCIAIS SALARIAIS

Encontram-se na literatura inúmeras teorias intencionadas a explicar as relações existentes entre diferencial de salário a outras variáveis. Expõe-se abaixo importantes teorizações acerca do tema, intencionalmente buscados na literatura geográfica e econômica, com o intuito de ampliar a discussão e evidenciar a complexidade do tema proposto.

Arbache (2000) destaca a importância da Teoria do Capital Humano, defende a influência do talento individual na produtividade do trabalhador. Conforme essa teoria, as pessoas mais talentosas apresentam um maior interesse pelo trabalho e possuem maior facilidade de aprendizado. Por este motivo estas pessoas se tornam mais produtivas e eficientes e são compensadas com um salário mais elevado.

Seguindo a linha de raciocínio da Teoria do Capital Humano, seria o mesmo que afirmar que as pessoas mais talentosas estariam atuando no mercado de trabalho das Regiões Metropolitanas e as pessoas dotadas de talento inferior nos demais mercados (Região Não-Metropolitana). A Teoria do Capital Humano, até então, parece ser insuficiente para explicar por que um mercado de trabalho (região metropolitana) remunera de forma diferenciada o mesmo profissional que atua em outro mercado de trabalho (Região Não-Metropolitana).

Destaca Fernandes (2000), porém, que a Teoria do Capital Humano assumiu posição de importância a partir do início da década de 1960. Houve uma reformulação do modelo neoclássico tradicional, questionado por se mostrar insuficiente para explicar o funcionamento do mercado de trabalho, mais especificamente no que diz respeito à persistência das disparidades na distribuição dos rendimentos oriundos do trabalho, ao fenômeno da pobreza, ao elevado nível de desemprego e às imperfeições que caracterizam o mercado. Essa teoria mirou sua atenção no poder explicativo das variáveis escolaridade e experiência no trabalho como forma de determinar os diversos níveis de rendimentos individuais, ou seja, quanto mais dotado o indivíduo dessas duas características maior seu rendimento salarial.

No entanto, Lima (1980) alerta para o fato de se afirmar que a renda cresce com a educação. Levando-se em consideração a Teoria do Mercado Dual (ou segmentado) de Trabalho isto acontece em apenas um dos mercados (o primário). Essa Teoria visualiza o mercado de trabalho subdividido em primário e secundário. O mercado de trabalho primário é caracterizado por hábitos de trabalho e empregos estáveis, salários e produtividade relativamente altos, progresso técnico, entre outros. Já o mercado de trabalho secundário caracteriza-se pela elevada

rotatividade de mão-de-obra, salários relativamente baixos, baixa produtividade e estagnação tecnológica.

Dentre os enfoques dados à Teoria do Mercado Dual, Lima (1980) cita os de Bluestone e Harrison. Esses autores separam a economia em um centro oligopolista e uma periferia competitiva. As firmas do centro são caracterizadas por alta produtividade, grandes lucros, utilização intensa de capital, grandes incidências de traços monopolistas e um alto grau de sindicalização. As firmas periféricas (concentradas na agricultura e na produção de bens não-duráveis, no comércio e serviços subprofissionais) têm características de serem pequenas, apresentarem processos produtivos intensivos em mão-de-obra, lucros modestos, baixa produtividade e ausência de sindicalização de seus empregados.

Lima (1980) afirma que o dualismo tecnológico, resultado da concentração capitalista, reforça de forma gradativa a segmentação do mercado de trabalho. Para o autor, os níveis de salários estão direta e indiretamente ligados a fatores institucionais que definem o poder de mercado de diferentes indústrias. Diretamente porque indústrias oligopolistas podem transferir a maior parte do aumento de seus custos para os consumidores através de preços de mercados mais altos; e indústrias competitivas, de baixa lucratividade, são incapazes de transferir (ou absorver internamente) para o mercado qualquer aumento significativo de custo derivado de salários mais altos. Indiretamente porque poder de mercado está diretamente relacionado à intensidade de capital, das técnicas produtivas utilizadas e estas afetam salários através da produtividade da mão-de-obra.

Importante teorização foi também escrita por Santos (1979). Este visualiza a economia urbana dos países subdesenvolvidos em dois circuitos: superior e inferior. O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. Já o circuito inferior é formado por atividades de pequena dimensão como fabricação tradicional, artesanato, transporte tradicional e prestação de serviços.

As desigualdades de renda são mantidas por uma estrutura de produção orientada para os ramos mais sensíveis à modernização tecnológica, por sinal os mais rentáveis. Pelo fato de que o setor capitalista não tem condições de transferir uma quantidade suficiente de capital para o setor doméstico seguem-se as quedas cumulativas de renda para as pessoas ocupadas nesse último. Nas atividades de alto nível tecnológico, o emprego de operários altamente qualificados tem como contrapartida o pagamento de salários mais elevados. Esses operários não são facilmente substituíveis, o que lhes confere um poder de barganha. Entre os próprios operários qualificados, os salários são bastante desiguais segundo o ramo de atividade. Mas o salário daquele operário qualificado pode ser o dobro em relação ao operário sem qualificação (SANTOS, 1979).

A partir de 1995, importante dinâmica no emprego e no salário industrial é verificada em determinadas regiões brasileiras dando espaço para a Teoria da

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

Desconcentração Produtiva. Estudo realizado por Sabóia (2001) afirma que o emprego e o salário industrial na Região Sudeste tiveram redução contrariando a Região Sul que apresentou crescimento. Esta redução, ocasionada não apenas pela forte queda do emprego no pólo industrial de São Paulo, mas também no Rio de Janeiro. Em contrapartida, para a Região Sul, foi dirigida importante parcela do emprego perdido pela Região Sudeste. A Região Centro-Oeste também se beneficiou do processo de deslocamento regional do emprego, com elevação de sua parcela na maior parte dos segmentos industriais, principalmente nos que demandam mão-de-obra barata. Já na Região Nordeste, ao mesmo tempo em que houve aumento do emprego em alguns setores tradicionais observou-se queda em outros.

Para Sabóia (2001) a dinâmica do processo de descentralização industrial ocorrido ao longo da década de noventa evidencia que ao mesmo tempo em que a indústria se modernizava, havia pouco crescimento econômico no país, ocasionando forte redução do emprego, especialmente na Região Sudeste, onde a indústria é mais desenvolvida. Os diferenciais salariais, a guerra fiscal, a implantação do Mercosul e o próprio nível de infra-estrutura e desenvolvimento local serviram de atrativo para que o emprego se deslocasse para a Região Sul e outras regiões, seguindo a lógica do capital em que o empresariado busca condições de localização mais lucrativas.

É perceptível o deslocamento das unidades produtivas da Região Sudeste (centro) para as regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul (regiões periféricas) porém com a manutenção de suas sedes administrativas na Região Sudeste, particularmente em São Paulo (DINIZ, 2001 E SABÓIA, 2001). Esse deslocamento é entendido por Limonad (2004) como um movimento de dispersão concentrado que tem como característica uma dispersão geográfica das plantas industriais pelo território nacional e, porém, uma concentração financeira e econômica das sedes administrativas e financeiras na Região Sudeste. Becker (2004) salienta que essa desconcentração se deve a políticas de descentralização do Estado nas décadas anteriores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca de variáveis que se relacione, de forma mais significativa, com diferentes níveis salariais é visível pela inquietude de pesquisas científicas. No Brasil, os diferenciais de salário tem sido objeto de atenção em vários estudos devido, principalmente, à grande desigualdade de renda que caracteriza o país (FREGUGLIA; MENEZES-FILHO; SOUZA, 2007)

Analisando a remuneração do trabalho industrial, segundo as regiões metropolitanas no período de 1996 e 2000 percebe-se, de acordo com Lencioni

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

(2006), um crescimento da produtividade do trabalho, que guarda relação direta com o progresso técnico e as novas formas de organização do trabalho. O estudo complementa-se evidenciando, também, uma diminuição das horas pagas na indústria, mostrando que houve uma expressiva depreciação na remuneração do trabalho industrial.

O tema desperta interesse também da comunidade científica internacional. Topel (1986) observou as diferenças nas performances dos mercados de trabalho e o impacto das mudanças nas condições destes em variáveis como emprego e salários. Para o autor, as regiões que experimentaram o crescimento do emprego acima da média tiveram um aumento relativo dos salários e uma redução na taxa de desemprego, comparativamente com outras localidades. Parte da dispersão salarial observada entre as regiões é explicada pelas características pessoais dos residentes nas localidades e outra parte (mais significativa) é explicada pelas características da região. Conclui que distúrbios transitórios no mercado de trabalho, principalmente do lado da demanda (empregadores de mão-de-obra), impactam nos salários, especialmente daqueles mais escolarizados.

Em um estudo, para o Estado do Paraná, sobre a decomposição dos diferenciais de rendimento do trabalho na Região Metropolitana de Curitiba e Região Não-Metropolitana Maldaner (2007) relata que as empresas tendem a escolher o local de instalação, ponderando entre a acessibilidade aos mercados de fatores de produção (capital, trabalho) ou proximidade aos centros de inovação industrial, podendo localizar-se em áreas geográficas com salários acima da média (por exemplo, na região metropolitana). Nestas áreas, onde os salários costumam estar acima da média, por questões urbanas, alta densidade demográfica, falta de saneamento eficiente, poluição ambiental, longas distâncias, transporte urbano precário e ambiente propício à violência, os rendimentos são mais elevados como forma de compensação, como uma maneira de amenizar as condições urbanas desfavoráveis aos trabalhadores.

Maldaner (2007) conclui que o salário do trabalho principal dos trabalhadores, em média, é mais elevado na Região Metropolitana de Curitiba, sobretudo, devido às características distintas (oferta e demanda) de capital humano, carteira de trabalho e segmentação entre os setores formal e informal e ramos de atividades intra-regionais. Confirma que os trabalhadores inseridos dentro de trabalhos organizados, com amparo legal, são valorizados na capital. Muitos ramos de atividade valorizariam a remuneração dos trabalhadores do interior, desde que suprissem à necessidade de qualificação. Maldaner (2007), assim como Langoni (1973), apontam o fato de um dos principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil está na disparidade educacional entre os trabalhadores.

No entanto, diferente nível salarial entre Região Metropolitana e Não-Metropolitana, não é exclusivo do Estado do Paraná. Pode-se perceber, com o

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

auxílio da Tabela 1, que todos os Estados brasileiros, dotados de Região Metropolitana, apresentam a mesma característica, ou seja, rendimento salarial médio mais elevado na região metropolitana e menos expressivo nas demais regiões do Estado.

TABELA 01: RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS EM REAIS, 2005³:

REGIÃO METROPOLITANA	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL	UF	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ⁴
São Paulo	779,00	São Paulo	733,00
Porto Alegre	795,00	Rio Grande do Sul	692,00
Rio de Janeiro	714,00	Rio de Janeiro	681,00
Curitiba	759,00	Paraná	667,00
Belo Horizonte	642,00	Minas Gerais	527,00
Recife	462,00	Pernambuco	381,00
Salvador	494,00	Bahia	379,00
Belém	432,00	Pará	377,00
Fortaleza	427,00	Ceará	347,00

Fonte: IBGE (2006)

Perfazendo-se uma análise absoluta do rendimento médio mensal percebe-se uma grande diferença entre as regiões metropolitanas. A Região Metropolitana de Porto Alegre é a que apresenta o maior rendimento médio mensal, superando a Região Metropolitana de São Paulo em 2,05% e a Região Metropolitana de Fortaleza em 86,18%. Ampliando a análise para a esfera estadual tem-se que o maior rendimento médio mensal é encontrado em São Paulo (R\$733,00) e, na outra extremidade, o menor rendimento médio mensal pertencente ao Estado do Ceará (R\$347,00).

Em trabalho que trata sobre o efeito das economias de aglomeração sobre os salários industriais Galinari *et al*/(2007) destaca o fato de ser errôneo afirmar que os diferenciais de salários regionais representam estritamente a variabilidade da produtividade do trabalho. Alguns fatores, entendidos como características institucionais locais, explicam esses diferenciais regionais de salários como a sindicalização e variações no custo de vida verificadas entre as cidades.

³ O rendimento médio mensal constante na tabela é exclusivamente oriundo do trabalho, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2005.

⁴ O rendimento médio mensal nas UFs é exclusivo de domiciliados na área urbana dos municípios.

Hanson⁵ *apud* Galinari *et al* (2007) argumenta que as firmas, para atrair trabalhadores ao centro industrial, devem compensá-los pelos “custos de congestionamento” remunerando-os com salários relativamente elevados. De forma contrária, as firmas localizadas fora das aglomerações industriais pagam salários relativamente baixos como forma de serem compensadas pelo custo de transportar seus produtos finais ao centro industrial maior. Além do que, os trabalhadores se submetem à salários mais baixos fora dos aglomerados industriais dado que se defrontam com custos urbanos menos expressivos.

Há de se destacar também o fato de que os fatores que favorecem a aglomeração industrial são tão fortes que acabam dificultando a sobrevivência de grandes indústrias em cidades pequenas e isoladas, com exceção apenas para a indústria de extração – dependentes da localização dos recursos naturais – e alguns tipos de indústrias que têm fortes vantagens ao se localizar próximo às fontes de suas matérias primas (usinas siderúrgicas, frigoríficos, laticínios, etc, são bons exemplos a serem citados) (SINGER, 2002).

Nos centros industriais, o aumento nominal dos salários urbanos é devido à redução do bem-estar proveniente de fatores como o crescimento dos custos urbanos (aluguéis e transporte, por exemplo) e aumento de agravamentos ambientais (poluição do ar, poluição sonora, etc.). Já a inferioridade dos salários urbanos não-metropolitanos se dá pela menor representatividade desses custos urbanos e agravamentos ambientais menos significativos. Isso implica no fato de que os salários podem estar ligados a algum tipo de dependência espacial sendo inversamente proporcionais à distância de um centro urbano de referência ou diretamente relacionados à proximidade desse mesmo centro urbano.

O fato de as Regiões Metropolitanas apresentarem aglomerações industriais não significa, porém, que o problema do desemprego não se verifique em sua abrangência. Trabalho realizado por Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) constata uma desindustrialização absoluta e/ou relativa da ocupação na maior parte das regiões, especialmente naquelas que concentravam o grosso da indústria brasileira: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Nota-se, ao mesmo tempo, o crescimento da ocupação industrial em Curitiba, Salvador e, de forma menos expressiva, em Fortaleza. Nestas três regiões periféricas, a desindustrialização é apenas relativa e a ocupação industrial cresce, mas avança menos do que a ocupação nos serviços. Os autores atribuem o desemprego a fatores como a acelerada inovação tecnológica que destroem empregos na indústria, migração do capital, que abandona os grandes centros saturados, atraído pela combinação de incentivos fiscais, ausência de sindicatos fortes e outras condições da periferia.

⁵ HANSON, G. H. Increasing returns, trade and the regional structure of wages. *The Economic Journal*, v. 107, p. 13-133, 1997.

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

Interessante estudo foi feito, também, para a década de noventa investigando a força de trabalho e desemprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro focado no efeito dos fatores demográficos. Martignoni *et al* (2006) lembram que desde os anos 80, a economia brasileira não tem crescido suficientemente de modo a absorver a oferta de mão-de-obra disponível. No entanto, taxas de desemprego diferentes entre regiões metropolitanas não pode ser justificada apenas pela economia da localidade e o seu desempenho no tempo. O número de empregos numa economia de mercado depende do crescimento econômico. Já o volume de trabalhadores de uma localidade é influenciado pela dinâmica demográfica (fecundidade, mortalidade e migração) e pela taxa de participação (união dos fatores econômicos, sociais e culturais) da localidade. O estudo indica que o nível baixo da taxa de desemprego da RMRJ em relação às outras regiões pode ter nos fatores demográficos parte de sua explicação, tendo em vista que a fecundidade no Estado do Rio de Janeiro tem sido historicamente a mais baixa entre as regiões metropolitanas.

Complementarmente, outros resultados decorrentes desse estudo indicam que a RM do Rio de Janeiro, além de apresentar a maior proporção de pessoas aposentadas, também possui a menor participação de aposentados na ativa. A justificativa verificada para tais resultados encontra-se na verificação de que a renda média dos aposentados da RM do Rio de Janeiro é mais elevada do que nas outras Regiões Metropolitanas comparadas. A RM do Rio de Janeiro registrou, também, as maiores taxas de mortalidade específica por faixa etária, retirando em maior proporção pessoas da população em idade ativa. Outra constatação importante foi a de que o Estado do Rio de Janeiro apresentou saldos migratórios negativos da população. O trabalho conclui relatando que o desemprego não é entendido como conseqüência inexorável do significativo aumento populacional no passado, mas sim como resultado do pouco crescimento econômico e de ocupações no presente.

CONCLUSÃO

A intencional pluralidade de teorias utilizadas, buscadas na literatura geográfica e econômica, explicaram os diferenciais de rendimento oriundo do trabalho entre Região Metropolitana e Não-Metropolitana. Teorias importantes e de peso enriqueceram a discussão como a Teoria do Capital Humano, Mercado Dual, Circuito Superior e Inferior, Teoria da Desconcentração Produtiva, possibilitaram perspectivas distintas, porém relacionadas.

Os resultados obtidos com a pesquisa apontam inúmeras situações relevantes. Percebeu-se uma expressiva depreciação na remuneração do trabalho industrial, na Região Metropolitana, na década de noventa. Um crescimento da

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

produtividade do trabalho, que guarda relação direta com o progresso técnico e as novas formas de organização do trabalho com uma diminuição das horas pagas na indústria. É de grande importância destacar, no entanto, que esse fator não significa necessariamente, na hipótese de a Região Metropolitana apresentar níveis de rendimento do trabalho mais expressivos do que a Região Não-Metropolitana, uma aproximação dos níveis de rendimento entre as duas regiões. O mesmo fenômeno poderia estar ocorrendo no interior dos Estados e anularia a possibilidade de uma aproximação de rendimentos entre regiões.

Regiões que experimentaram o crescimento do emprego acima da média tiveram um aumento relativo dos salários e uma redução na taxa de desemprego, comparativamente com outras localidades. Parte da dispersão salarial observada entre as regiões é explicada pelas características pessoais dos residentes nas localidades e outra parte (mais representativa) é explicada pelas características da região. Conclui-se que distúrbios transitórios no mercado de trabalho, principalmente do lado da demanda, impactam nos salários, especialmente daqueles mais escolarizados.

Trabalho realizado por Maldaner (2007) para o Estado do Paraná, mostra que o salário do trabalho principal dos trabalhadores, em média, é mais elevado na Região Metropolitana de Curitiba, sobretudo, devido as características distintas (oferta e demanda) do capital humano, carteira de trabalho e segmentação entre os setores formal e informal e ramos de atividades intra-regionais. Confirma que os trabalhadores inseridos dentro de trabalhos organizados, com amparo legal, são valorizados na capital.

No entanto, diferente nível salarial entre Região Metropolitana e Não-Metropolitana, não é exclusivo do Estado do Paraná. Percebe-se que todos os Estados brasileiros, dotados de Região Metropolitana, apresentam a mesma característica, ou seja, rendimento salarial médio mais elevado na Região Metropolitana e menos expressivo nas demais regiões do Estado.

Não se pode cair no erro de afirmar que os diferenciais de salários regionais representam estritamente a variabilidade da produtividade do trabalho. Alguns fatores, entendidos como características institucionais locais, explicam esses diferenciais regionais de salários como a sindicalização e variações no custo de vida verificadas entre as cidades.

As firmas, objetivando atrair trabalhadores ao centro industrial, devem compensá-los pelos “custos de congestionamento” remunerando-os com salários relativamente elevados. De forma contrária, as firmas localizadas fora das aglomerações industriais pagam salários relativamente baixos como forma de serem compensadas pelo custo de transportar seus produtos finais ao centro industrial maior. Os fatores que favorecem a aglomeração industrial são tão fortes que acabam dificultando a sobrevivência de grandes indústrias, salvo algumas exceções, em cidades pequenas e isoladas.

Amarildo Hersen

Edson Belo Clemente de Souza

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

É notório, portanto, que nos centros industriais o aumento nominal dos salários urbanos é devido à redução do bem-estar proveniente de fatores como o crescimento dos custos urbanos (aluguéis e transporte, por exemplo) e aumento de agravamentos ambientais (poluição do ar, poluição sonora, etc.). O contrário é, também, perceptível nas Regiões Não-Metropolitanas. Isso implica no fato de que os salários podem estar ligados a algum tipo de dependência espacial sendo inversamente proporcionais à distância de um centro urbano de referência e/ou diretamente relacionados à proximidade desse mesmo centro urbano.

A questão do desemprego não deixa de ser um problema para as Regiões Metropolitanas, pelo fato de apresentarem aglomerações industriais. Verificou-se na pesquisa uma desindustrialização na maior parte das regiões, especialmente naquelas que concentravam o grosso da indústria brasileira como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Fator contribuinte para esse quadro são a acelerada inovação tecnológica que destroem empregos na indústria, migração do capital, que abandona os grandes centros saturados, atraído pela combinação de incentivos fiscais, ausência de sindicatos fortes e outras condições da periferia. Também, desde os anos 80, a economia brasileira não tem crescido suficientemente de modo a absorver a oferta de mão-de-obra disponível.

Não há uma explicação única para os diferenciais salariais existentes entre Região Metropolitana e Não-Metropolitana. Percebe-se, sim, uma gama significativa de fatores e estudos explicativos evidenciando características como qualificação da mão-de-obra, existência ou não de externalidades negativas da aglomeração urbana, compensações à população economicamente ativa pelas externalidades negativas existentes, aglomeração da indústria e conseqüências sociais como o desemprego que é perceptível independentemente do objeto de análise ser a Região Metropolitana ou Não-Metropolitana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, Jorge Saba. Determinação e diferencial de salário no Brasil. In: FONTES, R. e ARMEX, M. A. *Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos*. Viçosa: UFV, 2000.

BECKER, Bertha. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (orgs). *Brasil Século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, p. 11-27, 2004.

BRASIL (Estado). *Constituição: República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

Amarildo Hersen

Edson Belo Clemente de Souza

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, v.20, n. 57, p. 221-236, 2006.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2001.

DAVIDOVICH, F. A volta da metrópole no Brasil: referências para a gestão. In: RIBEIRO, L. C. Q. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FAXE, p. 197-229, 2004.

DINIZ, C. C. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Belo Horizonte: Cedeplar-Face/UFMG, 2001 (textos para discussão 159).

FERNANDES, N. G. O modelo de capital humano na explicação das diferenças salariais – uma aplicação ao mercado de trabalho em Portugal. *SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações/Instituto Superior de Economia e Gestão*, Universidade Técnica de Lisboa, n. 3, 2000.

FIRKOWSKI. O. C. F.; MOURA, R. Regiões metropolitanas e metrópoles: reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no Sul do Brasil. In: RA'EGA. *O espaço geográfico em análise*. Curitiba: Departamento de Geografia/UFPR, v. 5, n. 5, p 27-46, 2001.

FREGUGLIA, Ricardo da Silva; MENEZES-FILHO, Naercio A.; SOUZA, Denis Barreto de. Diferenciais salariais inter-regionais, interindustriais e efeitos fixos individuais: uma análise a partir de Minas Gerais. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 129-150, 2007.

GALINARI, Rangel; CROCCO, Marco Aurélio; LEMOS, Mauro Borges; BASQUES, Maria Fernanda Diamante. O efeito das economias de aglomeração sobre os salários industriais: uma aplicação ao caso brasileiro. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 391-420, 2007.

HOTZ, Eduardo Fontes. A organização metropolitana pós-constituição de 1988. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 91-98, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2008.

Amarildo Hersen

Edson Belo Clemente de Souza

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

LENCIONI, Sandra. Regiões metropolitanas do Brasil. Radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, San Pablo. Diciembre 2006.

LIMA, Maria Helena Palmer. (org.); RODRIGUES, Cristiane Moreira; SILVA, Jorge Kleber Teixeira; MARTINS, Paulo Cesar; TERRON, Sônia Luiza; SILVA, Rosângela Lemos de Souza. *Divisão territorial brasileira*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2002.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 217-272, 1980.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (orgs). *Brasil Século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, p. 55-66, 2004.

MALDANER, Iandra de Souza. Decomposição dos diferenciais de rendimento do trabalho na região metropolitana de Curitiba e região não-metropolitana do Estado do Paraná. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios, UNIOESTE, Toledo, 2007. (dissertação de mestrado)

MARTIGNONI, Enrico Moreira; CARVANO, Luiz Marcelo; JANNUZZI, Paulo de Martino. Força de trabalho e desemprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1990: o efeito dos fatores demográficos. *Revista Brasileira Estudos da População*, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006

REOLON, Cleverson A. SOUZA, Edson Belo C. de. Questões conceituais: das unidades regionais à Região metropolitana de Cascavel. *Revista Geosul*, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 113-135, 2006.

SABÓIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de 90: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p 85-121, 2001.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

Amarildo Hersen

Edson Belo Clemente de Souza

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA: um ensaio bibliográfico

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2002.

TOPEL, R. Local labor markets. *Journal of Political economy*, vol. 94, n. 3, 1986.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Tempo e espaço na metrópole: breves reflexões sobre assincronias urbanas. *São Paulo Perspectiva*, v. 15, n. 1, p. 3-12, 2001.

DIFFERENTIAL OF LABOR REVENUE BETWEEN METROPOLITAN AND NO-METROPOLITAN AREA: a bibliographical essay

ABSTRACT: That article discusses the level of the revenues of the labor in the metropolitan and no-metropolitan space.. For that, a bibliographical revision and theories were used with geographical and economical approach. The results indicate that in the industrial centers the nominal increase of the urban wages is due to the reduction of the well-being originating from factors as the growth of the urban costs. The personal characteristics of the residents in the places and characteristics of the area are considerable factors. The social subject of the unemployment is a problem for the Metropolitan Areas, including for the fact of presenting industrial gatherings.

Keywords: revenue; labor; metropolitan area; no-metropolitan area; industrial gathering.